O difícil acesso a justiça de forma direta e eficaz no Brasil

Autor(res)

Habib Ribeiro David
Tainá Dos Santos
Felipe De Almeida Campos
Willian Julio Maciel
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

Este trabalho origina-se da comoção pela falta de acesso à justiça de forma direta e eficaz no Brasil . Pode-se reconhecer que o acesso à Justiça, de forma individual ou coletiva, ainda é algo distante para boa parcela da população brasileira. O número de membros do Poder Judiciário, como juízas(es) e desembargadoras(es), é quase o triplo do que o número de defensoras(es) públicas(os). Em relação ao Ministério Público, o quantitativo de seus membros é praticamente o dobro, se comparado ao das Defensorias Públicas, segundo dados da Pesquisa Nacional da Defensoria Pública de 2021 A importância e motivação.

Objetivo

O objetivo central deste trabalho é apresentar formas de possíveis soluções práticas para a resolução do problema em circunstância do acesso precário à justiça no Brasil, verificando as possibilidades do exercício pleno desse direito pelos indivíduos detentores do direito.

Material e Métodos

A pesquisa em si citada foi realizada através da exploração em pesquisas bibliográficas e documentadas, através de seleções de leituras com recolhimento das partes mais importantes em favor da pesquisa, postagens de blogs sobre o determinado assunto, reflexões críticas , a compreensão de cada um dos resultados obtidos , o desenvolvimento de cada tópico utilizado para identificar todos os argumentos de forma clara , e exposição dos resultados encontrados.

Resultados e Discussão

Como resultado evidente percebe-se que são muitos obstáculos a serem superados para o acesso à justiça tornar-se efetivo, esses obstáculos envolvem ausência de recursos financeiros, burocratização do processo, intimidação das pessoas e descrença nas decisões judiciais. Sobre aspectos psicológicos, no Brasil, grande parte da população desconhece seus direitos e meios oferecidos pelo Estado para tutelá-los. Pessoas de baixa renda sentem-se intimidadas diante de determinadas formas de manifestação de poder, temendo, de certa forma,

advogados e membros do Ministério Público.De acordo com Maria Tereza Sadek, pedagoga na área de direito da USP-SP, Pesquisas internacionais mostram que sociedades com elevados índices de desigualdade econômica e social apresentam alta probabilidade de que sua população seja caracterizada pelo desconhecimento de direitos.Essa característica compromete o acesso à justiça

Conclusão

Conforme resultados desta pesquisa pode-se concluir que a criação de assistências judiciária nas faculdades de direito, associações de moradores, organizações não governamentais seriam úteis para quem possue dificuldade de acesso à justiça.

Referências

JUNQUEIRA, Eliane. “Acesso à Justiça: um Olhar Retrospectivo”, in Revista de Estudos Históricos, n. 18, 1996.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1988.

ACESSO A JUSTIÇA https://pt.m.WIKIPEDIA .org/wiki/Acesso_%C3%A0_justi%C3%A7a

SADEK, M. T. (org.). Acesso à Justiça. Fundação Konrad Adenauer, 2001.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo, Martins Fontes, 1992.